

091ª SESSÃO ORDINÁRIA 24SET2018 (Texto com revisão.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Apregoo Requerimento de autoria do Ver. André Carús, solicitando Licença Luto, nos termos do art. 218, inc. II, do Regimento, nos dias 17 e 18 de setembro de 2018, pelo falecimento de seu avô.

A Suplente Berna Menezes, em função da impossibilidade de os Suplentes Karen Santos e Marcelo Rocha assumirem a Vereança, assumirá no lugar da Ver.ª Fernanda Melchionna. Solicito à Suplente Berna Menezes que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Solicito que os presentes, em pé, ouçam o compromisso que a Suplente Berna Menezes prestará a seguir.

SUPLENTE BERNA MENEZES (PSOL): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Declaro empossada a Ver.ª Berna Menezes. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Berna Menezes. V. Exa. integrará a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB.

A Ver.ª Berna Menezes está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADORA BERNA MENEZES (PSOL): Obrigada. Eu saúdo o Presidente, as Vereadoras e os Vereadores presentes, a professora Neiva Lazzarotto que nos acompanha, meu companheiro Roberto Robaina, candidato ao Governo do Estado pelo PSOL, companheiro Mário Azeredo, da Direção Nacional do PSOL. Senhores e senhoras, hoje nós estamos vivendo uma situação bastante difícil no nosso País, que tem uma das maiores economias do mundo e, contraditoriamente, traz aos seus municípios, no caso,



Porto Alegre, as consequências que estamos vendo em torno da situação da educação, da saúde, da segurança e do conjunto dos serviços públicos - seria de nossa responsabilidade, Vereadores e Vereadoras, observar se estão sendo cumpridos ou não. Esta eleição, que é uma eleição polarizada, num mundo em que cada vez se concentra mais poder e riqueza, onde os ricos ficam cada vez mais ricos, as grandes corporações, os grandes bancos concentram poder e riqueza em detrimento da maioria da população: os famosos, 1%, que as mobilizações da juventude norte-americana denunciaram contra os 99%. Isso também existe no nosso País, mas, de uma forma brutal, aqui se faz, com viés de barbáriez, a situação, o ataque ao conjunto da classe trabalhadora, ao conjunto do povo pobre, ao conjunto da classe média que hoje sofre as consequências dessa concentração de renda e riqueza no mundo, o que no nosso País não é diferente. Infelizmente, começam a fazer água no mundo todos esses planos, que não são só neoliberais, é o radicalismo puro do neoliberalismo na veia, o desemprego em massa, a terceirização ou a precarização, como chama Ruy Braga. A criação do precariado, que estamos vendo aqui no Brasil com uma força incrível, tem destruído as instituições todas que hoje temos no País: a justiça, a partidarização da justiça, os parlamentos, com a vergonha que é o Congresso Nacional. Estamos vendo um Presidente da República com uma aprovação de 3% e com apoio aqui dentro desta Casa para aplicar planos contra a maioria da população, contra a maioria do nosso povo de Porto Alegre, porque, quando partidos que estão aqui aprovam medidas de 20 anos de congelamento - Emenda Constitucional nº 95 −, não existe, no mundo, legislação igual a essa, 20 anos em que não vão investir em saúde, educação e segurança! Então, estão mentido para vocês na campanha eleitoral, gente como o Sartori, gente como o Leite, que aprovaram essa legislação, estão mentindo para vocês, estão mentindo para o povo brasileiro, estão mentindo para Porto Alegre, porque, na verdade, não vão aplicar nada em saúde, nada em educação, nada em segurança! Só vão aumentar a insegurança no nosso País, a insegurança que nós estamos vivendo. Não é normal um pai, uma mãe enterrarem um filho, pois a maior parte das mortes, 50% das mortes, é de jovens entre 15 e 29 anos; é disso que nós estamos falando, e nós temos que alterar essa realidade. Nós, brasileiros, temos que nos revoltar e virar essa situação. Sem a revogação da Emenda Constitucional nº 95 não tem Município, não tem Estado, não tem País. E não é só a Emenda Constitucional nº 95, porque a violência sobre os nossos está presente também no



processo eleitoral. Um processo eleitoral que está polarizado entre aqueles que querem aumentar a concentração e aqueles que querem manter a democracia. Não é que vão atacar a concentração como um todo, vão tentar manter a democracia porque o capital hoje no mundo, e a sua crise profunda. não pode conviver com a democracia, nem essa mesma que eles criaram, nem essa mesma que nos colocou aqui, não pode sobreviver. Por isso que atacaram a CLT, a regra mínima do funcionamento de uma sociedade, e olhem o que nós estamos vendo: a ampliação da terceirização. É o que eles diziam: "Vamos aprovar a terceirização para acabar com o desemprego". Olha, Roberto, o que está acontecendo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) No Hospital Mãe de Deus, demitiram trabalhadores para contratar como terceirizados por um valor bem menor e sem os direitos que eles tinham.

Então, nós temos que lutar contra essa situação. Não pode ser que aqueles que disseram que iam arrumar emprego aumentaram o desemprego. E o pior: eles escamoteiam os dados, porque os dados que eles divulgam é de 3 milhões de desempregados, e aí deram um nome agora para mais de 14 milhões de desalentados: quem não procura mais emprego é quem não acha. Então, são quase 30 milhões de desempregados. De onde vem a violência? A violência começa quando a pessoa não tem dinheiro para botar comida em casa, porque ele tem que sustentar uma família. Nós não estamos falando daqueles que ganham R\$ 5 mil, R\$ 10 mil, nós estamos falando das pessoas que sobrevivem com salário mínimo. Por isso é muito importante o nosso papel, enquanto parlamentares, de querer mudar este País de fato, para alterar essa realidade. Não adianta falar de Porto Alegre... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereadora. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein; colegas, Vereadoras, Vereadores, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores – nosso Líder, Ver. Oliboni, encontra-se adoentado –, estão aqui meus colegas Vereadores Sgarbossa e Sofia, quero marcar esta segunda-feira colocando algumas preocupações



sobre a situação em que vivem o nosso País o Estado e o Município. A nossa colega Berna colou preocupações sobre o desmonte do Estado, e essa é a preocupação que eu quero reiterar.

De 1975 para cá, nós estamos vendo o desmonte dos estados nacionais. A política, o estado de bem-estar social começa a fazer a água, começam a se tirar direitos conquistados, começa um sistema de privatizações; os acordos de Bretton Woods são rompidos por Reagan em 1971; Margaret Thatcher, em 1979, incrementa as privatizações massivamente no Reino Unido, o que é seguido por vários lugares do mundo. E, por incrível que isso possa parecer, Ver. Sgarbossa, tanto governos sociais democratas quanto de extrema-direita foram muito nessa linha de se desvencilhar de um conjunto de mecanismos que estavam em suas mãos para colocar nas mãos das grandes multinacionais, dos grandes conglomerados. Se nós temos uma crise hoje no Brasil é porque nós temos uma crise do Estado nacional em que as transnacionais acabam não só demandando do Estado, mas impondo ao Estado. O caso mais dramático aqui, Ver. Cecchim, é o caso da Oi, que está numa recuperação judicial, que se formos seguir os princípios do nosso Direito, das normas e das regras, a Oi não teria como ter recuperação judicial, mas é claro que uma multinacional do peso da Oi força o Governo, impõe a sua posição, inclusive sobre o Judiciário, e tem uma recuperação generosa. E nós sabemos que os últimos a receberem sempre serão o Governo e os trabalhadores, apesar de que, na lista, eles são os primeiros. Mas nós sabemos das burlas que existem numa grande recuperação judicial de uma transnacional do peso da Oi. Por isso que eu guero aqui colocar politicamente essa questão. Há pouco, eu falava aqui para a TVCâmara e tentava travar um diálogo com meu colega, Ver. João Carlos Nedel, que falou em seguida. Eu dizia e digo: estamos chegando aqui a três meses da metade da gestão deste Governo Municipal, nós votaremos o IPTU na quarta-feira. Em não votando, todos sabem que, pelo Código Tributário Nacional, se não for cumprido o período nonagesimal, ou seja, 30 dias antes do início do ano que vem, não terá mais sentido votar o IPTU qualquer dia depois disso. Não seremos nós, a Câmara de Vereadores, os culpados. Não seremos nós os culpados. E também é preciso esclarecer à mídia aqui presente, que vai nos ler depois, que tirar quórum, disputar posições de vencer ou de perder, faz parte do jogo parlamentar. Nem sempre estar aqui dentro significa estar sendo Vereador. Às vezes, ser Vereador, efetivamente, Robaina, é estar na periferia, na vila, dialogando com os setores



mais excluídos da sociedade. O Parlamento não é composto dessas quatro paredes aqui, mas na quarta-feira, sim, nós mostraremos a força do Poder Legislativo Municipal. Se o Prefeito quiser, não seremos nós, da oposição, não seremos nós, do PT, pelo menos, que não dialogaremos. Eu acho que a falta de diálogo foi sempre da outra parte. E nós queremos insistir: os governos deveriam sair a público, chamar a sociedade civil para fazer os grandes debates sobre as várias questões que atormentam a nossa Cidade: como melhorar a segurança, como melhorar a limpeza, como resolver o problema dos buracos da rua? Esse é o nosso dilema... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Adeli. O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, foi falado aqui em desmonte de algumas situações. Desta tribuna não dá para se falar em política em plena campanha política por várias razões, mas nós estamos vislumbrando um quadro no Estado que vai ser a repetição do que estamos vendo no Município. Vejam o que este Governo incompetente do Marchezan fez hoje! Quando o Prefeito Tarso Genro criou a Secretaria Municipal de Esportes não havia quadro, não havia concursos, obviamente que a Secretaria Municipal de Educação cedeu professores para a SME, depois se abriu concurso para a SME, os professores fizeram concurso, passaram. Quando assumi a SME em 2015, tínhamos lá 120 professores, pois hoje o Governo Marchezan deu a paulada definitiva para a morte da SME: chamou de volta para a SMED 34 professores que estão na SME trabalhando na praça, no parque, na vila, na comunidade, no campo de futebol, no ginásio de esportes. Ele chamou 34 de volta para a SMED! Como se esses 34 fossem resolver a incompetência do Secretário de Educação, que não consegue colocar professores nas diversas escolas. Tem aluno que não teve ainda aula de português, de matemática. Aí eles chamam os professores de educação física que estão na ponta, prejudicando-se profissionalmente, pois quem está na ponta, na SME, se aposenta com 35 anos, porque a lei federal entende que lá não é sala de aula, o que é um absurdo. O professor que está na SME está lá porque ama o trabalho que faz,



ele ama cuidar das crianças carentes das comunidades, nos parques esportivos, nos campos de futebol, nos ginásios de esportes. Para eles seria muito fácil ficar na SMED, ir para sala de aula e se aposentar com 30 anos; não pegam sol, não pegam chuva, estão na sala de aula. Mas não, são idealistas, professores de educação física, mestres, doutores que estão na comunidade cuidando da piscina de bolinhas, são doutores, são mestres, poderiam não estar ali, estão cuidando da cama elástica, estão lá incentivando a cidadania. Pois o Sr. Prefeito, hoje, esse Governo, mais uma vez mostrando a sua incompetência, chama 34 professores. Tenho aqui a lista dos nomes dos 34 professores que estão trabalhando, eles não estão em desvio de função. Eles não estão em desvio de função! Eles prestaram, obviamente, concurso na SMED, lá atrás, mas, como não havia concurso para a SME, foram cedidos para a SME e estão lá cumprindo o que determina a profissão deles. Agora, qual é a vantagem, Ver. Idenir Cecchim, qual é o propósito de desmantelar, por exemplo, o Ginásio Tesourinha, onde há mais de mil alunos e 90% desses alunos são da terceira idade, onde há aulas das 7h às 22h? Quinze professores estão ali, provavelmente muitos desses 34 dão aulas ali e não vão mais dar.

É com enorme tristeza que venho a esta tribuna para relatar isso e para dizer que esse quadro não pode se repetir... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Para encerrar, Sr. Presidente, é uma pena que o Ver. Moisés Barboza não esteja aqui, porque eu vou deixar uma sugestão: Ver. Moisés Barboza, foi V. Exa. que indicou o professor Celso Piaseski, que está na SME, por favor, retire o professor Celso Piaseski de lá porque a biografia do professor é muito maior do que isso que o Governo está fazendo, porque não dá condições para o professor Celso Piaseski fazer o trabalho que precisa fazer, não dá, já conversei inclusive com o Ver. Moisés sobre isso. O professor Celso Piaseski é competente, mas não tem condições de fazer o trabalho porque o Prefeito, além de não dar condições, agora tira dele 34 professores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. André Carús solicita Licença para Tratamento de Saúde nos dias 24 e 25 de setembro de 2018.



A Ver.ª Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Mais um desmonte de uma novela já anunciada. Nós sabemos o debate que fizemos no ano passado quando da reestruturação da Prefeitura de Porto Alegre, quando o povo de Porto Alegre, usuários de parques e praças estiveram nesta Casa por muitas vezes pedindo a esta Casa respaldo para manter a Secretaria Municipal de Esportes, para manter o esporte, lazer e recreação em Porto Alegre. Pois eu quero lembrar, senhores e senhoras, diante desta tentativa de retirada de professores – porque as comunidades já estão se organizando e nós vamos ao Ministério Público exigir a manutenção dos professores na Secretaria de Esportes, Ver. Bosco, vamos exigir porque essa também foi uma das promessas de campanha que não estão sendo cumpridas. Prestem atenção a este Twitter do Prefeito Marchezan (Lê.): "Contra boatos, a verdade. Ontem dei uma aula de ginástica pra turma que frequenta a praça Darcy Azambuja. O esporte NÃO vai parar em Porto Alegre". O Twitter do Prefeito Marchezan – está ali o Vice-Prefeito Gustavo Paim em primeiro plano, fazendo ginástica, o Prefeito dizendo que ia manter o esporte, lazer e recreação, que eram boatos, que eram mentiras, Marcelo Sgarbossa. Quantas vezes nos chamaram de mentirosos, dizendo que nós, os professores da SME, estávamos mentindo para a comunidade, dizendo que a Secretaria Municipal de Esportes não la continuar; e eles afirmando que sim, que o Esporte continuaria, que não íamos perder recursos, que era uma nova estrutura, apenas uma estrutura mais enxuta. O Wanderley mostra outra matéria também em que Marchezan dá aula na praça, onde Marchezan garante que a Secretaria Municipal de Esportes continuará. E quantas vezes aqui Vereadores da liderança do Governo, no debate sobre a estrutura, vieram dizer que não haveria perda de recursos, que não haveria diminuição do trabalho da Secretaria de Esportes? Está certo o Bosco quando diz que esse é o tiro final no trabalho da Secretaria de Esportes, Recreação e Lazer se se concretizar a retirada desses 34 professores - tenho aqui que seriam 31, Vereadores. Locais que serão afetados: Ginásio Tesourinha, Cegeb, Parque Ramiro Souto, Praça Darcy Azambuja, Ginásio Lupi Martins, Ceprima, Parque Alim Pedro, Esporte Clube Tamandaré, o futebol, o pedagógico e os eventos, que, aliás, já estavam com extrema dificuldade de continuar. Isso tudo é trabalho técnico qualificado, Ver. Freitas e Alvoni,



principalmente com a população idosa da nossa Cidade, que faz, digo, fazia — 31 professores são mais do que 50% da Secretaria — ginástica, caminhada, ioga, localizada, uma série de atividades, festas, jogava câmbio, esportes com os professores e professoras que estão dando aula na ex-Secretaria Municipal de Esportes. Eu entendo que é inaceitável mais esse ataque a uma Cidade que sobrevive apesar da incompetência, apesar da falta de amor do Prefeito Marchezan às políticas públicas. Sobre o Secretário Adriano, nem se fala! O absurdo dos absurdos é o Ministério Público ter que entrar na Justiça para que ele preencha com professores uma escola onde 240 alunos estão, o ano inteiro, sem professor de matemática e português.

É um equívoco desmontar uma outra política pública fundamental, que significa saúde, que significa menos violência, que significa talentos humanos sendo desenvolvidos, que significa congraçamento social, que significa menos pessoas nos postos de saúde, porque os idosos isolados, sem essas atividades, ficam em depressão e adoecem. Então o nosso repúdio! E eu tenho certeza de que todos nós aqui, Vereadores e Vereadoras, vamos assinar um documento neste momento para suspender essa retirada dos professores e professoras, acudindo a comunidade de Porto Alegre, mais uma vez enganada pelo Prefeito Marchezan.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (PMDB): Ver.ª Berna, bem-vinda. Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu gostaria de dizer aqui, Ver.ª Berna, que a senhora falou algumas coisas interessantes e eu escutei. Os candidatos não podem oferecer nada com essa lei que aí está, mas a senhora esqueceu de incluir todos eles, porque todos estão prometendo coisas que não podem e não vão cumprir. Então, só para equalizar, eu concordo com a sua primeira parte, mas não concordo com o seu esquecimento de passar para todos os candidatos que ficam prometendo, mesmo havendo a lei que proíbe, eles estão contratando, eles estão fazendo. É impressionante.

Dito isso, Sr. Presidente, eu quero falar, em primeira mão para os meus Pares, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, sobre o requerimento que estou fazendo ao Sr. Prefeito



Municipal em defesa, em prevenção, em respeito às mulheres de Porto Alegre. Eu estou fazendo um pedido de informações ao Prefeito de Porto Alegre para saber se os exames de prevenção contra o câncer em Porto Alegre são por amostragem ou se são um a um. Acho que isso é muito importante para que as mulheres de Porto Alegre que precisam do Sistema Único de Saúde, que precisam dos postos, que precisam fazer exames tenham certeza sobre como é feito o exame de prevenção contra o câncer na cidade de Porto Alegre. Em outras cidades, o resultado foi péssimo, com uma péssima notícia, e eu não quero e não desejo que, na cidade de Porto Alegre, as mulheres tenham esse mesmo problema, causando falta de vontade de dormir e muita preocupação. Então, é um assunto importante que eu estou encaminhando ao Sr. Prefeito Municipal, Nelson Marchezan, para saber se a nossa Cidade realmente cuida com responsabilidade da saúde das mulheres. Não se brinca com a saúde de ninguém, muito menos com a saúde das mulheres, das nossas mulheres, das nossas mães, das nossas irmãs e das nossas filhas. Nós temos que ter responsabilidade. Eu tenho certeza de que, ao encaminhar e receber a resposta desse pedido de informações, nós podemos dar a luz da verdade para aquelas mulheres que precisam e devem fazer o exame de prevenção contra o câncer. Que seja uma cruzada da verdade, uma cruzada de responsabilidade, uma cruzada de todos nós, para a preservação, o respeito que todos nós devemos ter com as mulheres. Não pode se deixar dúvida alguma, amostragem não; não se faz amostragem para mais nada nesse mundo, principalmente não se faz amostragem com a saúde das mulheres do meu Município. Por isso faço esse pedido de informações ao Município de Porto Alegre, ao Sr. Prefeito Municipal, Nelson Marchezan, para que responda como é feito o exame de proteção – eu digo assim – de proteção às mulheres. Nós precisamos dar a certeza para as mulheres de Porto Alegre que o exame é bem feito e é confiável. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

Vereador Reginaldo Pujol (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Elaine Policeno, esposa do servidor do DEMHAB, Leonel dos Santos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Deferimos o pedido.



(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): A Ver.ª Berna Menezes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BERNA MENEZES (PSOL): Sr. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero saudar a Coordenação da Assufrgs, com as presenças da Márcia Tavares, da Rosane e da Lais Camisolão – obrigada pelas suas presenças. Esse é um tema importante, e, antes de responder sobre a proposta do Ver. Idenir Cecchim, queria só falar que podemos ter nossas diferenças políticas, mas o papel do parlamentar que é eleito aqui é estar a serviço da maioria da população; então a preocupação do Vereador é muito correta. A nossa Vereadora em Pelotas, Fernanda Miranda, está liderando lá uma CPI, que está sendo escondida, para fazer essa averiguação. E, Ver.ª Sofia, parece que, neste ano, estão todos contra nós: as mulheres são a bola da vez. Imaginem uma situação como essa, a saúde da mulher já é bastante complicada, ainda temos vários problemas como assassinatos de mulheres, de violência contra as mulheres, de candidatos propondo violência contra as mulheres, menosprezando as mulheres. Então, o PSOL quer declarar a sua posição favorável, mas também responder ao Vereador, porque está aqui o programa do nosso querido Guilherme Boulos, no qual se apoia o Ver. Roberto Robaina para fazer a sua proposta aqui para o Estado. E nós não fazemos proposta em vão, nós não mentimos para a população; se não tem como fazer, nós vamos dizer que não tem, só que tem como fazer, é revogando a medida provisória, a Emenda Constitucional nº 95, porque se não fizer, aí não tem nenhuma proposta mesmo de nenhum candidato. Nós temos um conjunto de propostas com uma base real, e a base real é justamente a revogação da Emenda Constitucional. Então eu proponho, Ver. Idenir...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Vereadora, com o intuito de ajudar, nós, pela TVCâmara, não podemos utilizar, Ver. Robaina e Ver. Alex, a tribuna para falar em proposta e eleições, tendo em vista que podemos perder o direito de a TVCâmara transmitir as sessões. Peço que a senhora tome cuidado, peço a sua compreensão.



VEREADORA BERNA MENEZES: Está certo, Presidente. É que eu fui instigada pelo Ver. Idenir, é uma resposta ao Vereador. Eu apoio a medida, não só eu como a nossa bancada apoia a preocupação do Vereador... E nós podíamos construir inclusive uma frente parlamentar para averiguar de fato, porque as mulheres com certeza, aqui em Porto Alegre... Até estava dando uma entrevista à TVCâmara ainda há pouco, há alguns anos eu fui Vereadora de Porto Alegre, estou retornando a esta Casa, mas numa outra condição. Porto Alegre, hoje, não é a Porto Alegre de quando eu cheguei aqui, que parecia um pedacinho da Europa. Eu cheguei aqui e me encantei com esta Cidade e fiquei aqui todos esses anos; dez anos depois me elegi Vereadora, me encantei tanto que acho que a Cidade também se encantou comigo. Então eu me elegi Vereadora naguela ocasião, mas era uma outra Cidade, era primeiro lugar em educação, era exemplo de democracia, essa Câmara tinha um protagonismo internacional - esta Câmara tinha um protagonismo internacional –, pelo que se fazia na cidade de Porto Alegre. Infelizmente hoje vivemos outros tempos, e essa questão da Saúde não é uma questão menor, nós temos que transformar, fazer esse debate, e, Ver.ª Sofia, a nossa tarefa é, inclusive, chamar todas as mulheres no dia 29, para a grande manifestação, e uma das bandeiras é a nossa saúde, não queremos exames por amostragem, queremos a saúde de verdade. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TARCISO FLECHA NEGRA (PSD): Boa tarde, Vereadoras, Vereadores, todos que nos assistem. Eu fico sentado ali ouvindo, têm coisas que às vezes me deixam triste, me magoam, porque não são bem verdade. A verdade, quando chega o momento de campanha, ela se esconde. Na época de extinguir a Secretaria de Esportes, eu vim aqui em cima – o Alex está lembrado – e quase chorei para que não fizessem isso. Se o Secretário não é bom, vamos botar um Secretário que ame o esporte. A mesma coisa com o colégio, Alex: se o professor não é bom, 40 alunos não estão bem, vamos trocar o professor! Isso não foi feito. Eu, na época, fui até retaliado, mas lutei, porque eu sabia que isso ia acontecer, como com o futebol. Não sou mágico, mas se eu não estou dentro do



campo correndo, estou com má vontade, eu sei que, no final, vou perder o jogo. E nós fizemos uma coisa maravilhosa, Cassiá; tu principalmente, foste até os Deputados, para tratar do problema do CETE, onde eu trabalhei muitos anos, correndo, jogando. O professor Leite trabalhava ali; eu levava alguns guris da escolinha que eu tinha para treinar ali, por onde passou muita gente grande, famosa. E nós achamos que, por bem, o CETE não poderia ter aquela troca. Nós fomos até o Estado e lutamos, Alex, para que aquilo não acontecesse. E não aconteceu, Oxalá! Oxalá para os Deputados que lutaram, oxalá para o Cassiá, à minha Comissão, CECE, porque nós lutamos. Eu não sou candidato, mas luto pelo bem-estar de Porto Alegre, vou lutar sempre. A Rua da Praia, os parklets, já tem quatro aprovados, que são o cartão postal; o Mercado Público é um cartão postal; a Igreja do Rosário é um cartão postal. Eu tenho que lutar por aquilo que é bom para Porto Alegre. Eu vejo na televisão: "Que Brasil você quer?" Eu quero um Brasil para aquelas crianças, para os meus filhos e para os meus netos, que estão vindo agora, um Brasil com educação, com democracia, mais humano — esse é o Brasil que eu quero! Muitas respostas vêm ao encontro àquilo que eu peço para esse Brasil, mas antes tenho que pedir para o meu bairro, depois para a Cidade em que vivo. Aí, sim, vamos fazer um País humano. Não adianta só Porto Alegre e o meu bairro estarem bem, e o resto do País... Essas promessas, escuto sempre, vejo-as na televisão. Todo mundo se oferece da melhor maneira que pode; depois que ganha, tchau, ficam no seu gabinete, onde ninguém pode entrar, se considera blindado. Eu jamais vou fazer isso porque não sei viver sem a rua, sem caminhar de chinelo havaiana até o Mercado Público, sem conversar com as pessoas, sem falar em futebol, sem falar em política; eu não escondo a cabeça que nem avestruz. Por isso não prometo, eu tento ajudar os governantes que estão aí, não importa qual seja a bandeira, tento ajudar porque a Cidade não é deles, é minha e de nossos filhos e netos. Então, Presidente, eu senti ao extinguir a Secretaria de Esporte - agora no final nós vimos grandes problemas! Para terminar, não vejo – Alex, dirijo mais a palavra a ti e à Sofia pois são professores – um País de Primeiro Mundo sem educação e esporte, porque ambos trazem saúde. Eu não vi ainda, em todos os países para os quais eu viajei pelo futebol, onde vi o melhor em educação e esporte... Então, o nosso País, a nossa gente, o nosso povo merece, os nossos professores, aos quais eu sempre agradeço de coração por ser quem eu sou hoje - este cidadão equilibrado -, agradeço à educação... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)



(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; quero aproveitar a oportunidade aqui, porque nós, desta Casa, há mais de dois meses poderíamos ter devolvido ao Executivo – foi uma ideia que este e outros Vereadores tiveram -, antecipadamente, mais de R\$ 20 milhões. Aquilo que devolveríamos no final do ano, nós poderíamos ter devolvido no meio do ano. Naquele momento, ficou aqui acordado, com o Presidente, que seria para tapar os buracos e, consequentemente, tirar essas pessoas que estão nas ruas sem acomodação, sem assistência, enfim, dando condições, quem sabe, de um trabalho melhor, de uma possibilidade de vida melhor do que aquelas que os colocaram nas ruas sem amparo nenhum. Nesta semana, o Prefeito, sentindo que ele estava boicotando muitos Secretários, começou a liberar dinheiro. Ele liberou do caixa único R\$ 10 milhões para tapar buracos na Cidade, porque estava intransitável e, consequentemente quanto mais demora... Como uma casa: quanto tu mais não cuidas, ela vai cair. Portanto, ele não quis a nossa devolução lá atrás e agora libera o dinheiro do caixa único. Aí há dois aspectos que tem que ser analisados: tem ou não tem dinheiro na Prefeitura? Parece-me que tem, mas depende de o Prefeito liberar do caixa único para os Secretários fazerem. Os Secretários, portanto, não são tão culpados assim; inclusive eu disse aqui, em muitas oportunidades, que faltava iniciativa dos Secretários, parceria com outras Secretarias isso sempre foi possível. O Prefeito, portanto, trata o caixa único como coisa própria dele, acho que ele tem razão, mas ele não pode esquecer que a Cidade tem de ser atendida em suas demandas, como iluminação, que é papel da Prefeitura; como tapa-buraco, que é uma coisa do dia a dia; a Cidade tem que ter manutenção. A questão da SMAMS, que é do nosso partido, não está atendendo o cidadão, e nós temos que falar claro: vários de nossos partidos aqui têm Secretários que não estão correspondendo à expectativa da sociedade porto-alegrense; muitas vezes o Prefeito não dando oportunidade, não ouvindo os Secretários, e, outras vezes, os Secretários também, não fazendo parcerias, não



tomando decisões e consequentemente fica tudo parado à espera do Prefeito, e o Prefeito esperando pelos Secretários.

Quero aproveitar a oportunidade para relatar que recebi uma ligação na minha casa, o que não é normal, mas recebo quando possível, de um cidadão — e agora é o lado bom — parabenizando o HPS pelo maravilho atendimento. Ele caiu de uma casa, quando fazia um serviço nas alturas, e atingiu a bacia. Veio para Porto Alegre, foi direto para o HPS. Ele fez questão de me ligar e pedir para dizer na Câmara, aos Vereadores e à Prefeitura, que agradece ao HPS porque foi maravilhosamente atendido. Então temos também que dizer as coisas boas. Eu posso aqui até errar, mas me parece que o melhor Secretário da Prefeitura é o Secretário Municipal de Saúde, e já disse isso pessoalmente. Ele tem trabalhado, ele tem dialogado, tem experiência e tem ajudado bastante a Cidade.

Quero também salientar que fiquei sabendo que, se o Prefeito negociasse a folha de pagamento dos funcionários antecipadamente, ganharia milhões. Mas ele não quer, porque daí ele terá de dizer à sociedade que ele está com dinheiro. Ele faz questão de dizer que não tem dinheiro! E a Cidade vai ficando em segundo plano, a Cidade vai andando lentamente, conforme a boa vontade do Prefeito - Prefeito em quem votei, que eu apoiei, mas nem por isso deixarei de ser crítico, porque, em primeiro lugar, nós temos que ser Porto Alegre. Para concluir, quero dizer que o IPTU não está sendo votado em primeiro lugar porque a dita base do governo – eu não sei qual – não aparece muitas vezes. "Ah, se credita isso só aos que são candidatos". Olha, também. Muitos dos que são candidatos não têm aparecido. Mas na quarta-feira, que ficou consolidado, nós poderíamos votar, porque a imprensa está dizendo que é por culpa da Câmara que não se vota o IPTU. Ora, se o Governo tivesse maioria, teria atropelado esta Câmara, mas, como não tem maioria, não consegue votar automaticamente a dita base - a base às vezes é para uma coisa; para outra, ela não é mais -, então fica difícil. O IPTU tem que ser votado para nós tirarmos essa dúvida. Lançou o Sr. Prefeito agora nova... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE



O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Desiste. O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente.

(15h12min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador João Carlos Nedel (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLE nº 006/18. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Em certo momento, num passado não muito distante, havia uma tremenda pressa: 16 pedidos de urgência. A CCJ nunca deixou de se reunir, não atrasou – está aqui o Presidente Ver. Dr. Thiago. Fui o parecerista; nós dissemos que "não", que não podia. Veio para o plenário, e nós perdemos. Agora, querem postergar. Não! Não postergarão, Ver. Roberto Robaina! Nós vamos votar o IPTU e ponto! Chega! Nós não seremos responsabilizados na Cidade, nem pelo Prefeito pelo Twitter, no Facebook, no Instagram e também não na mídia tradicional, que está permanentemente ausente deste plenário, mas, quando está, coloca o que é do interesse para fazer disputa. Nós não estamos interessados no número de jornais vendidos. O nosso interesse é o interesse público, o nosso interesse é a cidade de Porto Alegre, as condições de vida da população, as casas destelhadas, o galpão de catadores da Santíssima destelhado – foi por nossa parte que a Prefeitura ficou sabendo que não tinha mais telhado no galpão de reciclagem!

Então, nós estamos aqui, como eu disse antes, Ver. Marcelo Sgarbossa e Ver.ª Sofia Cavedon, com responsabilidade para votar. Não há problema de fazer disputa de plenário, dar quórum, retirar quórum; mas tem que assumir a responsabilidade. Quem



pede agora para mudar é quem não deu quórum na última reunião. Então, nós, que estávamos aqui para votar, queremos que a natureza caminhe como deve caminhar. É simples, é muito simples. Nós estamos aqui para esse debate, para essas questões: ao voto, não ao requerimento. IPTU já, vamos derrotá-lo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Clàudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel.

VEREADOR CLÀUDIO JANTA (SD): Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, nós estamos vendo aí o apelo do Prefeito para que a gente vote o IPTU, então acho que temos que votar, estamos aqui hoje para votar o IPTU, que é uma urgência, uma emergência e uma necessidade da cidade de Porto Alegre, e quem vem protelando isso há muito tempo é o Governo. Vamos deixar tudo a panos limpos aqui, bem claro. O Governo, quando chegaram essas urgências aqui, essa montoeira de penduricalhos que o Governo trouxe aqui para dentro da Casa, a proposta que o Ver. Dr. Thiago encaminhou no colégio de líderes era votar um projeto econômico e votar um projeto dos servidores, e lá o Governo disse que não, queria votar todos os projetos econômicos. E priorizou esses projetos. E o projeto do IPTU era o terceiro. E, vejam bem, virou guase um dos últimos, não por culpa nossa, não por desejo nosso, mas por artimanhas do Governo, que não conseguiu, mesmo indo com estruturas nas reuniões do Orçamento Participativo, fazendo reuniões na Prefeitura, indo a algumas entidades, tenta vender a ideia de que não teria aumento de impostos. A cidade de Caxias do Sul, com o Governador e na época Prefeito José Ivo Sartori, fez uma atualização da planta, Ver. Cecchim, e não aumentou impostos. Atualizou a planta de IPTU sem remeter para a Câmara de Vereadores. Fez atualização da planta do IPTU sem remeter para a Câmara, porque fez a atualização, conforme a alegação do Governo, sobre os imóveis que estavam desatualizados. Para fazer atualização da planta do IPTU, não precisa mandar lei para a Câmara, o Governo pode fazer isso a qualquer hora, a qualquer momento quando vê um imóvel com valor desatualizado. O que o Governo manda para esta Casa é aumento de imposto e, no decorrer da discussão, nós vamos provar isso: o Governo quer sobretaxar novamente a população de Porto Alegre com um novo aumento de impostos,



algo que durante a campanha disse que não ia fazer. Durante a campanha, o candidato a Prefeito disse que a população não aguentava mais aumento de impostos, e a população não aguenta mais. Então não tem necessidade de nós revertermos a ordem de votação, porque esse outro projeto também se encontra na Casa, é uma artimanha do Governo para não entrar na discussão e votação do IPTU. Lá fora, ele dá um discurso, diz que tem que votar e, aqui dentro, a prática é outra, é de atrasar esse projeto, como vem fazendo desde o semestre passado, não colocando em pauta para votar. Se quer votar, se deseja e precisa que se vote até o final do mês de setembro — e hoje já estamos no dia 24 de setembro —, então acho necessário que o Governo abra de imediato as discussões desse projeto do IPTU e não fique discutindo outros projetos, até porque outros projetos do Executivo que venhamos a votar necessitam de recursos. E o Executivo, semanalmente, vai para a imprensa e usa as redes para dizer que não tem recurso, que não tem dinheiro para manter professores nas salas de aula, para manter as questões de asfalto, das podas e da coleta de lixo do Município em dia, e uma série de outros serviços de que a população da nossa Cidade necessita.

Então nós encaminhamos para não mudar a pauta, para mantermos a ordem que já foi estabelecida há muito tempo e entrarmos diretamente na questão do IPTU para resolver as questões das finanças da nossa Cidade. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (PMDB): Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha nas galerias e pela TVCâmara. Se o pedido dos Vereadores tivesse sido aceito antes pelo Governo, este projeto do IPTU já não estaria na pauta. Pedimos incansáveis vezes, Ver. Cecchim, para que fosse retirado este projeto da pauta, porque o projeto é complexo e precisa de uma discussão mais apropriada. Há a Comissão que foi instalada para tratarmos da questão do IPTU, mas poderia ter se prolongado um pouco mais para que a gente pudesse chegar a um consenso. Foi atropelada, fizeram a Comissão em 30 dias.



Infelizmente, está na pauta este projeto ruim para a Cidade que é a questão do IPTU, mas o Ver. João Carlos Nedel vem com um requerimento de um projeto extremamente importante para a cidade de Porto Alegre. O projeto das obras da Copa, um projeto de lei de 2012, que se tornou a Lei nº 11.395/2012, que autoriza o empréstimo de R\$ 461 milhões para viabilizar as obras de mobilidade da Copa do Mundo. O projeto está aí, o dinheiro está no caixa. Nós precisamos ajustar alguns valores; no caso, os R\$ 50 milhões de contrapartida da Prefeitura numa ação civil pública que diz respeito à Av. Ernesto Neugebauer. Ontem, o Governo mandou a mensagem retificativa ajustando esses valores. Eu acho que nós, Vereadores, temos a obrigação de inverter a pauta, mesmo com a contrariedade. Eu sempre disse que deveria ser retirado o projeto do IPTU e que nós deveríamos votar projetos importantes para a Cidade. Eu sempre vou defender isso, independente de governo ou não governo, porque eu quero projetos importantes para a Cidade. O projeto do IPTU vai ser discutido por três Sessões, vai perder o prazo de validade por causa da noventena; então nós vamos discutir em vão o projeto aqui.

Eu acho que nós temos que inverter e aprovar este projeto, que é um projeto importante para a viabilização das obras da Copa do Mundo. A Cidade precisa avançar, tem obras paradas, as pessoas estão precisando, nós precisamos sempre trabalhar e avançar em prol da infraestrutura da nossa Cidade, que não vai bem, e nós precisamos aprovar esse projeto para viabilizar as obras da Copa. Eu vou votar a favor, o PMDB apoia a inversão da pauta, porque nós somos a favor das pautas positivas e daquelas boas para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. O que é esse projeto? Esta Câmara já aprovou uma lei incluindo várias obras da Copa naquele projeto de financiamento dos BRTs e aquele financiamento de R\$ 120 milhões do Banrisul. Acontece que não foi incluída a Av. Ernesto Neugebauer. A Av. Ernesto Neugebauer é fundamental para a mobilidade urbana dos bairros Farrapos e Humaitá. A OAS está com os projetos já aprovados para a duplicação da Av. A.J. Renner,



que está lá no mapa. No entanto, Prof. Alex, se for iniciada a obra da duplicação, da expansão, do alargamento da Av. A. J. Renner e não for feita a obra da Ernesto Neugebauer, que faltam apenas 800 metros, vai dar um caos no trânsito, naquela região, principalmente na região da Arena. Mas não é só a região da Arena, é a saída, ou a entrada da 448, ou a alternativa que nós temos na BR-116 para acesso a Canoas via Av. Ernesto Neugebauer. Eu estive lá olhando as obras e faltam apenas 800 metros para serem concluídas. Vejam onde está o problema e como ficará a obra, baseada nesses dois ou três quilômetros que já estão prontos. Então, é fundamental acelerarmos a conclusão dessa obra, porque vai trancar todo o trânsito nos bairros Humaitá e Farrapos, via a Av. A. J. Renner; também dificultará a entrada pela BR-448, prejudicando o acesso à Canoas, via alternativa da Av. Guilherme Schell. Vereadores, apelo para a importância dessa votação, porque a Pedraccon - empresa que anteriormente ganhou a licitação e que parou a obra por falta de recursos - agora tem recursos. É só incluir na relação dos valores já financiados, não tem problema de recursos. Espero, então, que a Câmara seja responsável e que vote com urgência este projeto que somente inclui na relação do financiamento, pela lei já aprovada por esta Casa.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, aos Vereadores e Vereadoras que aqui estão presentes, eu agradeço em nome da minha bancada a oportunidade de utilizar esse tempo de encaminhamento, portanto agradeço aos Vereadores Roberto Robaina e Berna Menezes. Eu gostaria de justificar, ou colocar mais um argumento para defender a ideia de não invertermos a pauta de votações, de nós iniciarmos agora a discussão do projeto do IPTU, porque esse projeto que visa a mudar uma lei anterior já apresentava a possibilidade de pedido de financiamento para as obras da Copa que não foram concluídas, como as da Av. Tronco, da Severo Dullius, e incluir a Av. Ernesto Neugebauer, eu acredito que não é apropriado. Esse projeto entrou



em regime de urgência e está aqui na Câmara sem passar por nenhuma comissão. E eu gostaria de destacar, Vereadores e Vereadoras, principalmente àqueles que me antecederam nas legislaturas passadas, que houve um acordo firmado entre a Prefeitura de Porto Alegre e a OAS, uma série de contrapartidas. E eu lembro que uma delas era para a construção de alças de acesso na Av. Ernesto Neugebauer. A empresa se comprometeu, firmou compromisso, para a liberação do empreendimento e a construção da Arena do Grêmio, de que iria construir as alças de acesso para a Prefeitura de Porto Alegre. Como eu não tenho em mãos o projeto da Av. Ernesto Neugebauer, eu não acho apropriado que essa Câmara vote a autorização para que a Prefeitura gere mais endividamento, se uma das obras for justamente a construção das alças de acesso, porque se a OAS se comprometeu, que faça, que tire do papel. Porto Alegre é a cidade que não cobra das construtoras e dos empreendedores as suas contrapartidas - não cobra -, porque uma das contrapartidas para a construção do BarraShoppingSul foi a reforma do ginásio de esportes da Escola Martim Aranha, na Vila Cruzeiro do Sul, escola de crianças pobres, e o ginásio, infelizmente, até hoje serve como sanitário de pombas. O piso está completamente destruído; o telhado, em más condições... Ou seja, as crianças não podem usar esse espaço, porque a Prefeitura não exige as contrapartidas firmadas com os empreendedores. Depois, eu ouço várias vozes nos corredores desta Câmara Legislativa criticando aqueles que, entre aspas, são contra o desenvolvimento na Cidade. A maioria de nós não é contra o desenvolvimento da Cidade, nós somos contra a irresponsabilidade com o dinheiro público. Uma contrapartida assumida por uma empresa, por uma construtora, por uma empreiteira é obra devida à nossa Cidade, à Prefeitura e aos porto-alegrenses. Portanto, se nós não discutirmos antes o teor das obras na Ernesto Neugebauer, eu não creio que seja possível votar financiamento para que a Prefeitura conclua as obras.

Então, deixo aqui a manifestação da bancada do PSOL de contrariedade à votação dessa inversão de Pauta, por conta, justamente, desses argumentos. Precisamos analisar que obras serão implementadas, que obras a Prefeitura está se propondo a executar e, se entre essas obras, não estão as alças de acesso prometidas pela OAS. Porque a Arena do Grêmio está lá, construída, mas a empresa não devolveu as obras necessárias e devidas à população de Porto Alegre, que era uma das exigências do contrato.



Portanto, deixo aqui a nossa posição. Esperamos entrar em discussão do projeto do IPTU, que está há muito tempo aguardando pela votação. Um grande abraço a todos. (Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, nós estamos, no momento, vivendo um período em que qualquer fato justifica um posicionamento na base do crê ou morre, na base do grêmio ou do colorado, na base do chimango ou do maragato! Provavelmente seja a proximidade das eleições, a pulsação de alguns já antecipada com o resultado que se antevê, ou de outro ponto, por razões que a própria circunstância do momento pode esconder, mas que todos se dão conta. Ora, Sra. Presidente, tenho lido jornais, tenho vindo à Casa, não tenho faltado a nenhuma reunião - todos já sabem que não há menor possibilidade por hipótese que o projeto da Planta Genérica de Valores Imobiliários da Cidade venha a ser aprovado, que ele possa ser sancionado em tempo suficiente para ser aplicado no ano que vem — todos nós sabemos, não nos enganemos, não tem por que deixarmos de reconhecer isso. Hoje é dia 25, temos mais uma Sessão na quarta-feira, depois muda o mês, entramos no mês de outubro. E não temos a menor dúvida de que este projeto, aprovado ou não, não vai ser decidido em uma única Sessão - há dezenas de emendas propostas. O que o Governo requer no momento e que julgamos oportuno? Que se inicie a discussão, muito profunda, como diz o Ver. Alex, e se busque votar hoje ou na quarta-feira, mas que não fique mais outra matéria indefinida. Eu dizia há pouco tempo para o Ver. Mendes Ribeiro pretendia apresentar algumas emendas propositivas, restabelecendo que determinadas propostas que apresentei há um ano, tentando tornar palatável o projeto do Governo, que trata de um assunto com seriedade, mas exagera na estratégia e na forma, estou me referindo à planta genérica. Ele me disse tranquilamente: "Sr. Pujol, não se preocupe mais com isso, esse projeto não tem condições de ser aprovado". Com qualquer emenda que seja, a votação será contrária ao mesmo, é evidente isso, é claro, quem vive a Câmara de Vereadores sabe que há uma predisposição no sentido de derrotar esse projeto. Então, nessa linha, Presidente, sem ter a menor preocupação, e eu tenho pág. 21



interesse, sim, em ver resolvido o problema da execução de obra lá em direção a Arena, já tenho um trabalho realizado no sentido de adaptar financiamentos já deferidos anteriormente, empréstimos já deferidos, em alguns dos quais estava incluído, inclusive, uma das obras da Ernesto Neugebauer, por exemplo, estava incluído naquele projeto do Banco do Brasil, que não mais prospera em face do endividamento do Município e de situações dessa ordem.

Então, honestamente, eu não vejo por que nós aprovarmos essa inversão, já que a votação do IPTU, a sua decisão favorável ou contrária, doravante aconteça em outubro ou em novembro, é a mesma coisa. Agora, há essa outra situação de que nós queremos imediatamente pôr em votação para ver se aprova o que é solicitado pelo Governo e se retomem essas obras que infelizmente foram interrompidas... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ... o que deve ser acertado no futuro.

Por isso, Presidente, vou concluir, eu digo com toda a tranquilidade e sinceridade, faço um apelo: vamos inverter, vamos iniciar essa discussão, vamos discutir tudo isso com os Vereadores aqui, na tribuna, o Ver. Alex, a respeito da OAS que está quebrada, está enrolada. É uma das tantas empresas que estava naquele mexe-mexe, do rouba, mas faz, do Governo que, infelizmente, se interrompeu com a Lava Jato, então, se nós vamos esperar milagre que ela venha a fazer, estamos equivocados. Vamos ver se nós podemos aproveitar recursos disponíveis e fazer obras que Porto Alegre, há muito tempo, está requerendo. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente Mônica, eu gostaria de iniciar a fala abordando o tema do IPTU. A gente vem há muito tempo debatendo o tema do IPTU, fui um ferrenho crítico ao projeto desde o princípio, e insistimos muito para que se votasse o IPTU e que se derrotasse esse projeto muito antes de chegarmos ao meio da campanha eleitoral, já indo para o término da campanha eleitoral, como estamos hoje e prestes a vencer o prazo para que o IPTU pudesse ser



implementado ano que vem. Eu acho que não faz o menor sentido termos demorado tanto para fazer essa votação, e uma vez que o Governo, que estava tão interessado em votar rápido, não estava mais interessado em votar o projeto, eu acho que precisamos olhar para a Cidade, para aquilo que a Cidade precisa, muito embora eu sei que estejamos em campanha eleitoral e que tem muita gente preocupada com suas campanhas, eu acho que precisamos lembrar de Porto Alegre e de suas prioridades. E esse assunto das obras da Copa Porto Alegre já demanda há bastante tempo. Eu entendo as considerações feitas pelo Ver. Alex, pelo Ver. Pujol, pelos demais Vereadores que se pronunciaram a respeito das preocupações oriundas, especialmente das contrapartidas da OAS e também da Av. Ernesto Neugebauer, porém, eu acho que essa reorganização financeira, ao que tudo consta e pelo que a gente pode analisar, é benéfica para a cidade de Porto Alegre, ela permite a entrega de obras importantes para a Cidade. E o saldo final do financiamento se reduz em mais R\$ 700 mil, portanto uma boa notícia para o pagador de impostos que vê um financiamento mais barato para, a longo prazo, ser quitado. Dessa forma, eu acho que é produtivo, sim, aprovarmos um requerimento de inversão de pauta, o IPTU já não tem tempo hábil para conseguir seguer ser implementado - que bom inclusive, porque eu preferia rejeitá-lo, e já que a Prefeitura tratou de fazê-lo, rejeitou, porque afinal de contas, se a Prefeitura quisesse de fato o projeto do IPTU, teria feito muito mais esforços com a sua base para vê-lo votado e aprovado aqui, e não o fez. Não adianta dizer agora que os Vereadores não quiseram votar o IPTU, porque de fato não houve um esforço maior para votá-lo, muito embora eu fosse votar pela rejeição e combatê-lo. Mas, novamente, o que interessa nesse momento, e eu acho que é interesse da Cidade, é aprovar o requerimento e aprovarmos essa reorganização dos financiamentos para que se entreguem essas obras de importância para a Cidade. Essa é minha opinião sobre o tema, muito embora eu divirja de alguns de vocês, eu acho que a gente tem que olhar para frente nesse momento, e para frente é concluir essas obras que estão postas aí e conseguir dar uma votação para a Cidade que espera ver a sua Câmara mais ativa, votando mais projetos, especialmente nessa reta final de campanha. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)



PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, do ponto de vista do jogo político, eu até entendo esse medo do Prefeito Marchezan, porque ele já nos chamou de medrosos, de covardes, mas nós nunca fugimos da raia para votar aqui, nós nunca deixamos de vir aqui para nos posicionar. Essa questão do IPTU, que ele não quer votar, e não quer votar porque já tem 25 votos contra. Vinte e cinco votos contra. E ele não quer passar para a sociedade que vai perder de novo, é mais fácil para ele, então, dizer para a sociedade, a partir do dia 30 de setembro, se não votar: "Olha, não foi aprovado o IPTU, porque os Vereadores não deram quórum". A verdade é essa, quando, na realidade, estamos propondo uma outra situação. A planta de valores está defasada, quem sabe, sentam os Vereadores com o Sr. Prefeito para alongar em dez anos essa possibilidade? Não, mas ele não quer. Não, dez anos, não, é trinta, trinta e trinta. E se botar 30%, 30%, 30%, vai a quase 100% o aumento do IPTU! E nós não vamos votar! Agora, eu pergunto para o Ver. João Nedel, por exemplo, que está articulando essa situação aqui: Ver. Nedel, com sinceridade, qual é a diferença de votar esse projeto que o senhor quer hoje, ou guarta-feira, e votar hoje o IPTU? Não tem diferença. Mais: esse projeto que o senhor propõe na frente do IPTU, esse projeto está há mais de ano para ser votado. Esse dinheiro nunca saiu da Caixa Federal! Esse dinheiro sempre esteve na Caixa Federal! Mais ainda: eu fui Secretário da Copa, mas, graças a Deus, não cuidei de obras, foi uma condição que eu impus, que eu organizasse a Copa, mas não cuidasse de obras. Mas, obviamente, sei como isso aconteceu, e é uma sacanagem com o Fortunati e com o Secretário Urbano dizer que são obras da Copa, porque, um ano e meio antes da Copa, o Fortunati, justamente para não perder esse dinheiro que está na Caixa Federal, tirou da matriz de responsabilidade da Copa e colocou na matriz do PAC da cidades, no Ministério das Cidades. Então, não são obras da Copa; são obras do PAC de desenvolvimento das cidades, e esse dinheiro está na caixa há tempos. E justamente no momento em que vamos votar e derrotar o IPTU, com 25 votos ou mais favoráveis, veio essa urgência para se votar a questão dessa obra, que



é necessária, é importante, mas tanto faz votá-la hoje ou na quarta-feira, é a mesma coisa, porque essa obra, Ver. Mauro, não tem prazo, o IPTU tem prazo, dia 30 de setembro. E só tem uma autorizada, a Neugebauer, só essa está autorizada, as outras não estão autorizadas. Então, para quem tem cinco mandatos como eu aqui, para quem foi Deputado como o Cassiá, e tantos outros Vereadores que há tempos estão nesta Casa, do ponto de vista do jogo político, o Prefeito está certo, ele está querendo usar a Câmara, nos usar. Um dia, não tem quórum, já tivemos dez Sessões seguidas com quórum, outro dia, veio um contrabando, que é este projeto aí, que pode esperar mais quatro, cinco, seis, dez, quinze dias. Então, é o seguinte: eu vou votar contra a inversão, mas, se eu perder no voto, no mérito, eu voto favorável, porque a obra precisa sair. Agora não venham com esse papo da urgência da obra da Copa, que não é obra da Copa! Isso aí se chama PAC, que é do Ministério das Cidades. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. João Bosco Vaz. A Ver.ª Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Sr. Presidente, dois argumentos para não inverter a ordem, primeiro, porque, de fato, esse tema da Copa do Mundo, da aprovação e das obras no entorno da Arena, Ver. Prof. Alex Fraga, eu gostaria que viessem dar uma explicação completa sobre o entorno da Arena do Grêmio. Muitos de vocês que estavam aqui me ouviram, por dois anos, brigar para alterar o termo de compromisso, porque a OAS havia sido isentada de realizar as obras da Copa. E agora nós estamos lá concorrendo com a recuperação judicial, tentando por isso, por tanto que demorou para que o Prefeito Fortunati voltasse atrás, fizesse, de fato, a responsabilização da OAS. Está aquela comunidade impactada pela falta de saneamento, pela falta de mobilidade, por uma pobreza alargada pela presença da Arena, por irresponsabilidade dos gestores.

Portanto, preciso entender se esse trecho da Rua Ernesto Neugebauer compõe um processo, sim, de responsabilização da OAS; se não há um movimento de resolver paliativamente o que é responsabilidade da empresa que construiu a Arena e que construiu todos aqueles blocos de apartamentos.



Outro argumento para não inverter é a capacidade técnica do Município de fiscalizar essas obras, de contratá-las e de recebê-las corretamente. As imagens que eu estou mostrando é de um investimento federal feito nesta Cidade, do Socioambiental, ali na Restinga, onde foram colocados milhões na Cidade, e em pelo três pontos a população tem me chamado e tem dito que não foi feita a ligação corretamente. Foi feita a estrutura, e no caso ali da Restinga é escandaloso porque, há quase um ano, os moradores suplicam ao Governo Municipal que vá lá fazer a ligação da nova obra de separação de esgoto cloacal e pluvial na Rua Baltimore e ligar com o conduto que foi feito no meio da rua, novo — milhões em investimentos do Governo Federal.

O que acontece com o Governo Marchezan? O desprezo aos serviços e ao servidor público, a não nomeação de servidores, a não organização do trabalho de forma criteriosa, séria, competente. E a gente não tem atendimento à população, a gente tem perda de recursos públicos, a gente tem impacto na vida, no cotidiano, é um esgoto que fede do lado da casa, da cozinha dos moradores lá da Restinga, com obra realizada pela Prefeitura com dinheiro federal. Assim, desta maneira, tem lá no Rubem Berta uma situação semelhante, desta maneira, na Av. Cristiano Kraemer, é vergonhoso como uma obra terceirizada contratada pelo DMAE foi deixada. E o DMAE está com - temos denunciado desde o ano passado – pouco mais de mil funcionários, quando já teve 3 mil funcionários. O DMAE tem R\$ 50 milhões ao ano para investimento, então não é problema de recursos. Então, agora, acelerar a aprovação de mais recursos, de mais obras sem o Prefeito constituir uma gestão com qualidade técnica, parar de retirar os profissionais técnicos de qualidade das chefias, como fizeram no DMAE recentemente: retiraram a Sandra Darui, retiraram técnicos, engenheiros que há muito tempo dominam. Retiraram-nos, penalizando-os, porque estão brigando, porque estão lutando para não ter a sua carreira destruída pelos projetos do Marchezan. Então a Prefeitura despreza os bons profissionais, não faz gestão correta dos recursos que recebe - assim está o CEU na Lomba do Pinheiro, abandonado, quebrado. A Prefeitura estava com 80% realizado, no início do ano passado, ela conseguiu não por Guarda Municipal e perder tudo. Há sete obras de escolas infantis abandonadas em Porto Alegre por esta Prefeitura do Prefeito Marchezan, que agora quer mais recursos para mais obras. Mostra que trabalha com coerência, com consistência, com competência, com o servidor técnico de qualidade,



nomeando servidor e não retirando servidor como quer fazer agora na Secretaria de Esportes, aí esta Câmara aprova mais recursos.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigada, Ver.ª Sofia. O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, colegas Vereadores, o PROS vai encaminhar o voto favorável ao requerimento, tendo em vista que a sociedade porto-alegrense não aguenta mais esperar a conclusão destas obras da Copa, ela sequer entende o que aconteceu, Porto Alegre, que virou um canteiro de obras inacabado. Claro, tem uma explicação, que é a corrupção que envolveu todo esse processo da Copa do Mundo. Um País que não tem hospitais, não tem escolas, gasta bilhões de reais em estádios, e a parte boa, a contrapartida, que seria em infraestrutura, estamos aguardando até hoje. Lembro-me quando fui candidato a prefeito de Porto Alegre, Presidente, há cinco anos, num debate da Band – está lá, gravado, Ver. Prof. Alex –, eu disse: esse metrô não vai sair, que era o mote da campanha, a fraude eleitoral da campanha, diziam que ia sair o metrô em Porto Alegre, mas nós não temos nem o BRT até hoje! Não saiu sequer o BRT! E eu disse: estão mentindo para vocês – eu disse no debate –, estão mentindo, não tem metrô, não virá metrô, é papo furado, é conversa fiada. E nós estamos aqui, cinco anos depois, sem um buraquinho de tatu que seja dizendo que vai sair o metrô em Porto Alegre. Em relação ao BRT, nós tivemos que construir e reconstruir os corredores do BRT, lembro bem, por causa da dimensão do concreto que estava errada, fizemos e refizemos; aquele viaduto perto do Beira-Rio teve que ser emendado para não cair; e assim foram as obras da Copa em Porto Alegre. A sociedade não suporta mais! Imaginem aquela comunidade da Vila Cruzeiro, do Morro Santa Teresa, aquelas comunidades que vivem no entorno da Av. Tronco, há quanto tempo estão esperando aquelas obras? A Copa passou, Ver. Cassiá, e nós estamos aguardando até hoje. Sinceramente, não sei se esta Casa não tinha que organizar uma CPI para saber o que aconteceu, para dar uma resposta para a sociedade de Porto Alegre. Não é nem para encontrar culpados nem criminosos - claro que eles aparecem numa CPI -, mas pelo menos para dar uma



resposta para a sociedade de Porto Alegre de por que essas obras da Copa não saíram. Onde está a responsabilidade, para onde foi o dinheiro, qual é a causa, é um problema de planejamento, foi a falta de recursos? O que aconteceu? Nós precisamos dessa resposta urgentemente.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Repito aqui: o Ver. João Bosco Vaz, que, aliás, foi o Secretário Especial da Copa, está nos dizendo que o dinheiro está na Caixa Econômica Federal.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sim, isso nós sabemos, cuidou do planejamento esportivo do evento. Isso nós sabemos, Vereador. Aliás, Ver. João Bosco Vaz, se tem alguém que confia na sua probidade, na sua integridade e no seu amor pela coisa pública é este Vereador que vos fala. Só para concluir, Ver. João Bosco Vaz, peço atenção, em nenhum momento no meu discurso fiz qualquer referência ao seu trabalho na Secretaria Especial da Copa. Trata-se de um macroplanejamento que foi anterior; e nós temos que entender o que aconteceu e por que as obras estão inconclusas em Porto Alegre, que continua esperando, tanto tempo depois da Copa, que essas obras sejam concluídas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Wambert. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Sr. Presidente, Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste, infelizmente o Brasil está do jeito que está pela disputa política. Na minha opinião, entre 2014 e 2018, o Brasil não consegue se governar pela disputa política partidária entre direita e esquerda, entre quem é melhor e quem é pior. Nós, aqui,



estamos indo pelo mesmo caminho, porque hoje alguns Vereadores preferem votar um projeto para derrotar o Governo – já disseram que o Governo vai perder – ao invés de inverter a pauta e votar um projeto que é importante para a Cidade.

Quanto a este projeto que está aqui nas nossas mãos, nós estamos discutindo e pedindo - falo em nome do Governo - a inversão de pauta para votar. É o projeto da Av. Ernesto Neugebauer, que foi aprovado em 2012 e que veio para Câmara em junho de 2018. Todos nós temos conhecimento deste projeto, não podemos alegar que não conhecemos o projeto, porque ele tramita na Casa há bastante tempo. São obras que podem ser chamadas de obras da Copa ou do PAC, mas foi dado o nome de obras da Copa. E o nosso Prefeito Fortunati, na época, foi muito inteligente guando utilizou a Copa para buscar recursos para várias obras, que, infelizmente, depois, não conseguiu acabar, porque tentou pegar muitas e não teve condições de terminar, mas tentou fazer uma forma de buscar recursos para a Cidade. E esse dinheiro que está previsto para a obra da Av. Ernesto Neugebauer é um valor que realmente tem uma parte que está na Caixa Econômica Federal, conforme disse o Ver. João Bosco Vaz, só que tem a contrapartida do Município – o Município tem que fazer uma contrapartida –, e o Município não tem esse dinheiro da contrapartida. Então, como não tem a contrapartida, a obra da Av. Ernesto Neugebauer, que vai desafogar o bairro Humaitá e Navegantes, e é uma obra importante para aquela região da Cidade. E eu tenho certeza de que nenhum Vereador agui vai guerer ser contra a construção de uma obra importante para a Cidade, que vai desafogar o trânsito, porque aquelas pessoas que ficam trancadas naquele trânsito vão lembrar dos Vereadores que são contra obras que desafogam o trânsito.

Portanto, para podermos construir e tocarmos essa obra da Av. Ernesto Neugebauer, nós precisamos de recursos. A Câmara de Vereadores aprovou há pouco tempo esses recursos que estavam destinados a obras da Copa, dos BRTs, que são as melhorias da Av. Protásio Alves e Bento Gonçalves, que foram realizadas em parte, no governo anterior, também foi trocado asfalto por blocos de concreto, e tem uma outra parte dos recursos que seriam para fazer os terminais do BRT, um deles na Av. Manoel Elias, inclusive havia uma falha no projeto, que o corredor de ônibus da Av. Protásio Alves não chegava até o local onde seria construído o terminal do BRT. Então, o dinheiro que era previsto para a construção dos BRTs não era suficiente. Esta Câmara aprovou que esse recurso seria deslocado para outras obras, que eram obras também da Copa para



podermos terminar, ao invés de termos várias obras inacabadas, nós iríamos enxugar, diminuiríamos os recursos dessa obra, e esse recurso seria colocado em outras obras para terminarmos essas obras, e assim tem sido feito com a aprovação desta Casa. Só que essa obra da Av. Ernesto Neugebauer não estava incluída nessas obras que serão terminadas com esses recursos das obras que eram da Copa, e do BRT, que foram direcionados para terminar algumas obras de Porto Alegre. Então, o que estamos pedindo é para incluir a obra da Av. Ernesto Neugebauer naquela que já foi aprovada por nós, Vereadores, os R\$ 460 milhões das obras da Copa, do BRT, que serão destinados para terminar algumas obras da Cidade, incluindo esta. Com a conclusão dessa obra, será desafogado o trânsito nos bairros Humaitá e Navegantes. Agora, os Vereadores querem votar o IPTU — eu votarei favoravelmente -, mas acho que temos que acelerar o processo, aprovar este Requerimento, em vez de discutirmos se o Prefeito é bom ou não. (Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro. O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel.

VEREADOR ALVONI MEDINA (PRB): Boa tarde, Sr. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; pessoal que nos assiste através da TVCâmara e aqui, nas galerias. Quero dizer que sou contra a inversão de pauta, devemos votar o IPTU. Alguns Vereadores que me antecederam, disseram que será culpa dos Vereadores se não votarem para o término da obra com a verba da Copa. Não foi isso que o Secretário Marcantônio falou, no dia 11 de maio deste ano, quando se reuniu — e eu estava presente —, lá no bairro Humaitá, com mais de 30 famílias, prometendo que as obras começariam com o dinheiro advindo do BRT. As obras foram terminadas até uma parte pela Rossi, e, a partir dali, no bairro das pessoas mais necessitadas, e deixaram de lado. Então eu não aceito essa desculpa, porque se o Vereador vai lá, junto com o Secretário da SMIM, que prometeu para mais de 30 famílias, e eu quero falar com as pessoas do bairro Humaitá, do bairro Farrapos, para dizer que o nosso Vereador chamado Marcantônio prometeu, foram as suas palavras, que a obra iria começar, que já tinha dinheiro garantido para começar as obras na Av. Ernesto Neugebauer, e o pessoal já está há mais de dois anos esperando



para poderem transitar com as suas famílias naquela rua, porque os carros passam por cima das calçadas, não respeitam as famílias, não respeitam as crianças, pessoas já caíram ali, se machucaram, gastaram dinheiro com remédio, com médico, e quem vai pagar? As pessoas não podem abrir as portas das suas casas, não podem abrir as suas janelas, não podem sair para pegar ônibus, porque o ônibus fica longe, alguns já foram assaltados, mas o nosso Secretário reuniu lá naquele local, porque ele diz que cuida daquele bairro, mas parece que simplesmente ele está ignorando as suas palavras. E agora querem jogar a culpa nos Vereadores? Querem jogar a culpa em nós para aprovarmos ou não? A responsabilidade é do nosso Prefeito que já está na Prefeitura há um ano e nove meses. Só agora é importante a Av. Ernesto Neugebauer para ele? É importante para o Governo essa obra? Por que então não começaram a fazer isso antes? Agora, agora é importante começar essa obra lá? Não! A culpa não é nossa, a culpa é do Governo que não sabe o que fazer com a Cidade, a culpa é do Governo. Aquele lugar ali, o Humaitá, é uma vergonha, é uma vergonha, o pessoal nem consegue transitar naquele lugar. Não consegue transitar, Nedel, o senhor teria que morar lá, Ver. Nedel, o senhor deveria estar lá na pele daquelas pessoas, dos moradores dali, o senhor teria que estar lá para ver a dificuldade que eles têm de andar ali. Os carros passam por cima da calçada, não respeitam os idosos, não respeitam as crianças, é uma escuridão total naquela área ali, as pessoas não podem sair de casa à noite, porque não tem iluminação, e ninguém toma providências. O Secretário foi lá e prometeu para mais de 30 famílias, e agora quer jogar a culpa em cima de nós? Eu não concordo, eu e o Ver. José Freitas, do PRB, não concordamos com a inversão de pauta. Vamos votar, sim, o IPTU agora. Tiveram um ano e nove meses para se preocupar com o Ernesto Neugebauer, agora vai se preocupar, depois de quase dois anos que ele está no Governo? Vai se preocupar com a Av. Ernesto Neugebauer? Não tem respeito com as famílias, não respeita o bairro. É uma vergonha. Esses dias eu tive que passar de canoa, tinha uma rua ali que eu tive que contratar um jet ski para poder passar ali. Então, eu não concordo. Obrigado a todos. E o pessoal da Humaitá, quando o nosso Ver. Marcantônio aparecer por aí, vocês cobrem dele o que ele prometeu, que iria começar as obras. E, até agora, nada. Até mais.

(Não revisado pelo orador.)



PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, toda vez que eu pego o telefone quem atende do outro lado da linha sabe quem é pela beleza de voz e de sotaque que tenho – eu reconheço. Faz tempo que eu não vinha aqui na tribuna tratar de discussões do nosso projeto, e, sem nenhuma sombra de dúvida, o projeto das obras da Copa são importantíssimos, fundamentais e urgentes para melhorar a vida das pessoas, essencialmente das que moram no entorno dessas obras, mas, pela grandeza das mesmas, melhorar a vida dos cidadãos do nosso Município de Porto Alegre. Portanto, eu vejo a necessidade da urgência.

Eu me filio à posição do Ver. Mauro Pinheiro, quando diz que, na verdade, o nosso Prefeito Fortunati teve, sim, uma visão de futuro, teve um olhar especial para a Cidade, quando fez com que as grandes obras que Porto Alegre está executando passassem a compor um pacote de obras da Copa, porque, quando se levou a ideia das obras da Copa, Ver. Pujol, isso facilitou a busca de recursos em nível nacional para a execução das obras. É claro que se começaram diversas delas ou quase todas e não houve tempo suficiente para concluí-las. É claro que agora temos recursos de empréstimos depositados na Caixa Econômica Federal, que representam a parcela de empréstimos tomados, sem que Porto Alegre tenha recursos para a contrapartida; por isso o projeto que estamos prestes a discutir é fundamental e, repito, urgente! Permitam que eu faça um parêntese, até pelo tempo de Casa que tenho aqui, se nós tivéssemos aprovado de plano o requerimento, sem encaminhamento, teríamos aprovado a inversão, Ver. Nedel, aprovado o projeto pelo que ele representa para a Cidade... Quem aqui é contra este projeto? Ninguém. E já estaríamos, neste momento, discutindo o projeto do IPTU; portanto, isso é estratégico, o que compreendo, tomamos uma posição que atrasou todo o projeto, nem até quarta-feira, quando é o último prazo, votaremos o IPTU. Portanto, a culpa não é de ninguém; a culpa é do processo em si e da discussão que levou. Com todo respeito àqueles que admiro muito, a minha posição é de que invertamos a Ordem do Dia, votemos o PLE nº 006/18 e depois comecemos a discussão do projeto do IPTU, talvez ainda hoje. Aquele abraço. Obrigado.



(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Ver. Airto Ferronato. O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel.

Vereadoras, público que nos acompanha nas galerias e pela TVCâmara. Em nome da bancada do PTB, meus colegas Ver. Paulo Brum, Ver. Dr. Goulart e Ver. Elizandro Sabino, vou encaminhar este Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel para que nós possamos inverter a ordem dos trabalhos e podermos, logo, votar essa autorização para a retomada das ditas obras da Copa, que, na verdade, de Copa não tem nada. São obras necessárias para a nossa Cidade há muito tempo, e que, em função da Copa do Mundo, uma matriz de responsabilidade foi criada para que se incluíssem diversas obras de mobilidade necessárias na Cidade, desde a construção da 3ª Perimetral, aliás, muito antes, quando foi construída a 3ª Perimetral, muitas dessas obras de "arte" já eram necessárias.

Pois bem, Porto Alegre escolheu, há algum tempo, implantar os BRTs, não foi possível a conclusão, e houve uma reformulação. Porto Alegre está mantendo os corredores de ônibus pela troca do pavimento asfáltico, pelo pavimento rígido, que são as placas de concreto, porque chegamos a ter, no mesmo ano, duas vezes a troca do pavimento da Av. Protásio Alves, nos corredores. Então, é necessário o pavimento rígido, que são as placas de concreto, de 25 centímetros, que comportam os veículos pesados, que são os ônibus hoje, inclusive, trucados, grandes.

Mas também, nessa proposta, está a inclusão da obra da Ernesto Neugebauer, que não é da matriz de responsabilidade original das obras da Copa. Por isso, Ver. Alvoni Medina, o Secretário Luciano Marcantônio, nosso ilustre colega aqui, Vereador, na reunião que esteve com V. Exa., se comprometeu que isso fosse acontecer, mas depende de nós aqui. Esse compromisso é um compromisso do Executivo Municipal e, portanto, é um compromisso do nosso Secretário de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, mas nós precisamos da autorização desta Casa para que a Caixa possa, então, assinar o aditivo lá e transformar aqueles recursos, que eram exclusivamente pra os BRTs, para continuidade



dos corredores de ônibus e a inclusão da obra da Ernesto Neugebauer. Ver. Alvoni Medina, por isso, eu peço a V. Exa e a todos os demais colegas, Vereadores e Vereadoras, que nos auxiliem para que possamos inverter a ordem dos trabalhos aqui e de imediato possamos votar o requerimento e aprovar este projeto de lei que aqui está, que inclusive vinha com uma mensagem retificativa que autorizava o Executivo a fazer a reformulação de acordo com a necessidade. Isso gerou algumas controvérsias, e o Ver. João Carlos Nedel inclusive fez uma emenda excluindo a mensagem retificativa para que figue exatamente no teor como o projeto foi encaminhado. Então, acredito, Ver. Moisés Barboza, Líder do Governo, e, Ver. Mauro Pinheiro, Vice-Líder, que também já havia encaminhado a matéria, que, com essa inversão, poderemos logo votar a matéria e dar as condições para que se conclua a execução dos corredores de ônibus, e que possamos, então, lá na Zona Norte, no Humaitá-Navegantes, resolver essa questão da Av. Ernesto Neugebauer. Fatalmente vai depender da nossa aprovação nesta tarde. Qualquer compromisso que o Vereador e colega Marcantônio tenha assumido depende dessa nossa expressa autorização nesta tarde. Muito obrigado, colegas. Um grande abraço. (Não revisado pelo orador.)

(O Ver. José Freitas assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) APROVADO por 16 votos SIM; 12 votos NÃO.

Em discussão o PLE nº 006/18. (Pausa.) O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sr. Presidente, quero ser rápido aqui, até porque acho que podemos ir direto para a votação. Ninguém é contra esta obra, desde que ela se realize, desde que haja dinheiro para realizar, só entendo que estamos aqui protelando a questão do IPTU há muito tempo, empurrando com a barriga, e isso não fica bom para a Casa. Portanto, encerro aqui dizendo: vamos votar diretamente e vamos entrar na discussão do IPTU hoje mesmo. Um abraço!

(Não revisado pelo orador.)



PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Clàudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 006/18.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, vou guardar como especial o dia de hoje, que Oxalá permita que eu não precise usar o dia de hoje... Hoje é um dia muito especial, meu partido está fazendo cinco anos - há cinco anos criamos o Solidariedade. Não vou me esquecer do dia de hoje. Hoje, pelas intervenções dos Pares agui na Casa -Dr. Thiago, Roberto Robaina -, vão se resolver os problemas da Vila Farrapos! Hoje se resolvem os problemas da Vila Farrapos. Com a aprovação deste projeto estará tudo resolvido! Eu quero ver se vai ser verdade. Faz dois anos que foi aprovado por esta Casa o uso do dinheiro, mas o Governo é tão pesado, tão pesado que não adianta nem ele fazer cirurgia bariátrica, porque não vai resolver. É pesado demais! Esse Governo, como falou bem o Ver. Cassiá Carpes, que fica falando que não tem dinheiro, a Cidade está um caos e diz que a salvação é o IPTU. Esse Governo usa das suas artimanhas, e, volto a repetir agui, vem usando delas desde que esse projeto chegou a esta Casa. Quero repetir para as pessoas que nos assistem, para as pessoas que nos escutam, através de tudo que é disponibilizado para as pessoas que acompanham a nossa Sessão, que o ex-Prefeito de Caxias, o atual Governador do Estado Sartori fez em Caxias do Sul a atualização do IPTU sem aumentar impostos e sem levar projeto para a Câmara de Vereadores. Fez! Em Caxias foi feita a atualização do IPTU sem aumentar impostos e sem levar para a Câmara de Vereadores. Foi feita a atualização do IPTU individualmente, casa por casa, bairro por bairro. E aqui, não se fazem as coisas em Porto Alegre e dizem que a culpa é da Câmara de Vereadores.

Então, tem esse projeto para ser votado, dizem que vai resolver o problema da Vila Farrapos, que vai resolver o problema das imediações da saída do Grêmio, que é uma demanda da construtora — e falaram muito bem aqui o Ver. Prof. Alex Fraga, o Ver. Medina, o Ver. João Bosco Vaz — que não foi cumprida. Somente a Ernesto Neugebauer, até agora, tem o projeto autorizado; as demais não têm. Então, novamente, vai ficar o dinheiro parado lá e as coisas não vão acontecer. Como o Governo quer prorrogar ao máximo a votação do IPTU, o Governo prorrogou essa votação lá atrás, no acordo de Líderes que era para votar primeiro os projetos econômicos — e foi prioridade do Governo



votar os projetos econômicos - e vem protelando desde lá a votação do IPTU. O Governo, que tinha o apoio dos empresários que receberam os seus benefícios na questão do IPTU, que recebeu o apoio de várias entidades, inclusive do Centro Histórico, que serão beneficiadas no projeto do IPTU, vários locais, várias construtoras que apoiam o IPTU porque serão beneficiadas pelo IPTU vêm protelando isso, porque, como já foi dito pelo Ver. João Bosco, não têm garantia nenhuma de aprovação. Então não precisa dizer que é a Câmara que não quer votar, o meu voto é sabido, não sou eu quem estou atrapalhando o Governo, Vereador. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) O meu voto na questão do IPTU é como no ano passado, meu voto é contrário, eu sou contra aumento de impostos, então não contem com o meu voto para salvar o IPTU. Eu estou fora deste processo de IPTU. Então quando falarem: "A Câmara de Vereadores não permite que a gente vote IPTU", o meu voto é contrário, então não me incluam nestes que não querem votar o IPTU. Mesmo votando, vou votar contra o IPTU porque sou contra aumento de impostos, eu sou a favor de que as pessoas cumpram a sua palavra, sou a favor de que as pessoas cumpram o que prometeram na campanha, e a promessa eleitoral do Prefeito foi de não aumentar impostos e valorizar o servidor público, então não vou votar a favor de aumento de impostos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 006/18.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu não ia falar, Ver. Valter Nagelstein, mas tenho que falar depois que ouvi o Ver. Janta dizendo que ao votar este projeto estão resolvidos os problemas da Vila Farrapos. Quero deixar bastante claro, já me manifestei recentemente ainda hoje e aqui ninguém disse, eu jamais diria uma questão dessas. Agora, a Vila Farrapos eu conheço bastante, a minha esposa nasceu lá, o meu sogro mora lá e tenho muitos familiares na Vila Farrapos, conheço a realidade há décadas e sei que precisamos de investimentos ali, assim como precisamos de investimentos em todas as regiões da cidade de Porto Alegre. A nossa Lei nº 101 de 2000, uma Lei Complementar Federal, exige, de qualquer tomada



de empréstimo do Executivo, autorização do Legislativo, ou seja, de uma lei autorizando. Apenas para registrar o que estamos votando: a autorização da tomada de um empréstimo, por Porto Alegre, de R\$ 461.202.000,00; para quê? Para concluir os projetos das obras denominadas "da Copa": corredor da Terceira Perimetral, R\$ 102 milhões; corredor da Av. Tronco, R\$ 91 milhões; corredor da Av. Voluntários da Pátria, R\$ 95 milhões; conclusão da Av. Severo Dullius, R\$ 76 milhões; corredor da Av. Padre Cacique, R\$ 23 milhões; corredor da Av. Bento Gonçalves, R\$ 6,5 milhões; corredor da Av. Protásio Alves, R\$ 5,5 milhões; corredor da Av. João Pessoa, R\$ 2,5 milhões; complexo da Rodoviária, R\$ 6,6 milhões; conclusão da Av. Ernesto Neugebauer, lá no bairro Humaitá-Navegantes, R\$ 50 milhões. Portanto, nós estamos tratando de um projeto que beneficia diversas regiões da cidade de Porto Alegre, diria quase todas. Voto "sim". Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Mensagem Retificativa nº 01 ao PLE nº 006/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) APROVADA por 25 votos SIM.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLE nº 006/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLE nº 006/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**; 3 **ABSTENÇÕES**.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Vereador-Presidente, queria dizer aos Vereadores que temos, pelo menos, vinte assinaturas de Vereadores e Vereadoras se manifestando ao Prefeito Municipal para que não retire os professores da Secretaria Municipal de Esportes ou das atividades de esporte, lazer e recreação. Informo que já coloquei uma foto no grupo dos Vereadores e Vereadoras para que todos vocês divulguem, e vou protocolar, em nome de todos nós, no gabinete do Prefeito.

Vereadora Comandante Nádia (PMDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.



PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.ª Comandante Nádia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezoito Vereadores presentes. Não há quórum. (16h49min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Clàudio Janta está com a palavra em Comunicações, por cedência do Ver. Mendes Ribeiro.

VEREADOR CLÀUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, só para confirmar o início da Sessão, para a senhora e o senhor que estão em casa, que nos acompanham, iniciamos a Sessão falando que o Governo não quer votar o IPTU; não quer votar o IPTU. A estratégia do Governo é esperar o período eleitoral para depois os Vereadores acompanharem o Governo nesse projeto safado, nesse projeto que onera à população de Porto Alegre. O Governo fala na rua, aí, que 21 Vereadores são candidatos, que tem a questão eleitoral, mas tem Vereadores que não são candidatos e não dão presença para votar, e Vereadores que são candidatos também não dão presença para votar. Eu não entendo isso! Vereadores que não deram presença e continuam no plenário, agora, aqui, mas a Cidade, conforme o Governo, necessita do IPTU. Eu não entendo isso! Faz parte do jogo, diz o Ver. Paulo Brum. Faz parte do jogo o Prefeito ficar na rua ofendendo esta Casa. Ah, é parte do jogo. Ah, é parte do jogo! Qual jogo? Qual o jogo? De difamar esta Casa? Essa é a parte do jogo? Difamar esta Casa? Ah, esse é o jogo. Eu não vou me sujeitar a esse jogo, eu vim votar. Quem se sujeita a esse jogo se sujeita ao jogo jogado, ao jogo perdido, de uma Cidade esburacada, de uma Cidade em que os postos de saúde não estão atendendo, tem pessoas, desde ontem, nos postos de saúde. O que era vitrine virou pesadelo nesta Cidade. O que o Prefeito vendia como vitrine está virando pesadelo nesta Cidade, Djedah, que era a saúde. Está virando pesadelo. Vai à Zona Norte, as pessoas falam mal das Unidades Básicas de Saúde; vai à Zona Sul à Zona Sul, as pessoas falam do que é o hospital da Zona Sul. E aí dizem que é um jogo, mas é um jogo muito mais jogado, onde quem se prejudica é a torcida, que é a



população de Porto Alegre, porque estão jogando para a torcida. Agora, aprovaram um projeto que achavam importante e saem, não dão quórum para votar o IPTU, que o Prefeito diz que é o mais importante da Cidade. Mas nós estávamos aqui, 18 Vereadores deram presença para votar o IPTU. E aí dizem para nós que é um jogo! Mas que jogo é esse de guerer uma cidade esburacada? Que jogo é esse de guerer uma cidade onde as pessoas não se sentem seguras? E não é segura, Ver. João Bosco, de segurança pública. É segura de estar em casa com seu filho, com seu pai, sua mãe e seus avós, e esses ficarem doentes, precisarem de uma saúde e não terem saúde? É segura de um Governo que não cumpre as leis orgânicas deste Município, que determina que 17 postos de saúde têm que abrir até as 17h e que tem ação tramitando na Justiça dizendo que tem que cumprir a Lei Orgânica do Município: que, imediatamente, 17 postos teriam que abrir até as 24 horas, e têm orçamento para isso. Insegura porque não consegue especialista. Insegura porque vê o SAMU sendo terceirizado. Insegura porque se anda numa Cidade onde estouram pneus de tantos buracos que existem. Insegura porque vê uma cidade onde a sua Guarda Municipal não é valorizada. Insegura porque vê uma cidade onde o seu Prefeito tem que aumentar o IPTU para fazer melhorias. Insegura porque o Prefeito diz que a culpa de tudo que acontece nesta Cidade ou é do servidor público ou é da Câmara de Vereadores. Aí, realmente, há uma insegurança. Agora, dizer que faz parte do jogo é um jogo muito feio, é um jogo que não interessa à população de Porto Alegre, que não interessa às pessoas mais humildes desta Cidade, que não interessa às pessoas que necessitam do sistema de transporte, de saúde, de educação, com escolas que não têm professor de matemática, de geografia e de português. É um jogo muito feio de se ver, é um jogo com o qual não compactuamos, tanto que estamos aqui para votar o projeto do IPTU, mas não conseguimos porque o Governo não dá quórum; novamente o Governo retira o quórum, como vem fazendo desde o início, quando não priorizou o projeto do IPTU. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Vereador. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Dr. Thiago.



VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Saúdo o Ver. José Freitas no comando dos trabalhos. Fiz questão de pegar a presença dos 18 Vereadores, embora não tenha dado quórum, pois faltou um Vereador - precisamos de 19 Vereadores. O que me chama a atenção, Ver. Janta, é que desses que não deram presença, nove são candidatos nesta eleição. Vou ficar com esta folha para ver qual será o posicionamento deles depois da eleição, porque um Vereador está aqui para votar as questões da Cidade, independente de ser candidato ou não. Muitos até acho que não deviam se candidatar, mas há prerrogativa em lei; portanto, podem concorrer, mas também têm que ter, especificamente, exclusividade para a Câmara Municipal. A estratégia de alguns que se dizem independentes... Ver. João Bosco, independência da boca para fora; na realidade, muitas vezes, têm cargo na Prefeitura e se dizem independentes. Isso não existe. Quem pegou cargo na Prefeitura tem que apoiar o Prefeito, tem que assumir, não pode fazer esse joguinho duplo: na hora que convém, dá presença; na hora que não convém, para se esconder, não dá presença. A sociedade lá fora está julgando. Eu pergunto: como se comportarão esses Vereadores na Assembleia Legislativa? Qual será a posição deles na Assembleia? Por exemplo, será que lá vão votar a favor ou contra o aumento de impostos? Lá na Assembleia, eles vão votar a favor de aumento de impostos? Quero lembrar aqui ao cidadão de Porto Alegre: na última votação na Assembleia, o ICMS foi aumentado de 25% para 30% – é o que está em vigor hoje no Estado do Rio Grande do Sul, é um dos maiores do Brasil, só perdendo para dois Estados. O ICMS influencia no preço da gasolina, por isso temos a gasolina cara, no preço da energia elétrica e em outros quesitos mais. A última votação na Assembleia, e é bom lembrar, foi por um escore de 27 a 26, a votação que aumentou de 25% para 30% o ICMS. Inclusive um deputado, esse que decidiu a eleição, posteriormente, foi cassado. Foi uma votação sinistra contra o povo do Rio Grande do Sul. É por isso que se paga mais caro a gasolina no Rio Grande do Sul, o preço da gasolina é exorbitante. Será que esses Vereadores que não vão ter coragem de votar o IPTU aqui vão ter coragem de votar lá contra um governo qualquer que vai atropelar no toma lá dá cá? Olha, isso é de ser analisado. Ou o Vereador e o Deputado têm independência, ou eles fazem conluio, conchavo e muitas vezes a população não fica sabendo. Então, surpreende-me aqui esse ponto de vista, porque, se nós não votarmos até o dia 30, o aumento não vem para 2019, mas, depois, pode ser para 2020. E aí esses que, por ventura, possam não se eleger, e, se eles se elegerem,



vão continuar aqui na Casa também até o final do ano, querem ficar com os seus carguinhos na Prefeitura, como vão votar? Já dá um indício aí de como eles vão votar. Então, o cidadão de Porto Alegre tem que pensar bem em quem vai votar para Deputado Federal e Estadual, se sair desta Casa, observem como eles votam, como eles se comportam. "Ah, eles são muito hábeis, muito manhosos, não é?" Eles se fazem, no discurso, que são transparentes, que são muito bons parlamentares; isso não basta, tem que botar o dedo e votar, assumir a sua responsabilidade. Portanto, nós vamos estar de olho na votação antes e depois da eleição. Obrigado, Presidente. (Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver. Cassiá Carpes. O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Alvoni Medina.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu não sou corregedor desta Casa, nem pretendo ser; aliás, nunca quis ser Presidente desta Casa, muito menos corregedor. E, por não ser corregedor, eu também nada tenho contra quem está em plenário e não dá presença para não dar quórum. Eu, quando não quero dar quórum, não venho, ou, às vezes, perco a presença porque estou atendendo alguém no gabinete. Agora, estar em plenário e não dar quórum... é melhor sair. Vejam o painel: nós, na realidade, só temos duas ausências, temos 33 presentes. E, na verdade, temos este Vereador que está falando, Ver. Freitas, dois; Ver. Alex, três; Ver.ª Berna, quatro; Ver.ª Sofia, cinco; Ver. Thiago, seis; Ver. Janta, sete; e Ver. Cassiá, oito. Cada um toma a posição que deve tomar. Agora, é óbvio que nós não iríamos votar hoje o IPTU, nem teríamos condições disso, mas nós poderíamos, sim, porque tínhamos mais de 19, aliás, na recontagem do quórum, foram 18 presenças, com mais alguns Vereadores que estavam presentes e não deram quórum, era dar quórum e ter iniciado a discussão. E tem mais de 20 emendas, nós não votaríamos isso. Então, essa estratégia de não querer votar até o dia 30, como o Ver. Cassiá disse aqui, ou seja, se não aprovarmos até o dia, não pode ser cobrado o aumento do IPTU no ano que vem, mas pode votar esse projeto depois do dia 30, aí valerá para o ano de 2020. E é exatamente isso que o Sr. Prefeito está pensando, que algum Vereador que é candidato, depois da eleição, vá mudar o voto. Eu tenho aqui a convicção de que 19 votos aqui estão pág. 41



cristalizados - cristalizados! - contra esse aumento abusivo do IPTU, de 30%, mais 30%, e se botar percentual em cima de percentual vai a guase 100%. Dezenove votos estão cristalizados. E, se esses que nós sabemos que hoje são contrários mudarem o voto depois da eleição, se elegendo ou não, nós vamos continuar tendo 19 votos para barrar esse aumento, porque ninguém aguenta aumento de imposto. Não dá para administrar achando que aumento de imposto vai resolver a situação da Cidade, porque não vai! Só vai mexer no bolso do contribuinte, só vai piorar o bolso do contribuinte, só vai piorar a qualidade de vida das pessoas! Mas não, não há o diálogo, esta Casa já se posicionou já falei antes - que entende que a planta de valores está defasada, que é preciso corrigila, mas, quem sabe, como propusemos, num período de dez anos, diluindo esse aumento maluco que o Sr. Prefeito quer impor. E eu tenho a convicção, vou repetir, nós temos 19 votos cristalizados, que é o número de votos que o Sr. Prefeito precisa para aprovar essa loucura. Eu pergunto: quem ganhou 30% de aumento? Qual categoria ganhou 30% de aumento? Ninguém ganhou. Então, está na cara, mais uma vez, está visível, mais uma vez, que o Prefeito não está preocupado com a Cidade, ele está preocupado é com a Prefeitura, com o caixa da Prefeitura. O Prefeito já disse isso na Rádio Gaúcha: "Não, eu só vou tapar os buracos se aumentar o IPTU". Mas, agora, como tem eleição daqui a 15 dias, ele arrumou R\$ 10 milhões para tapar os buracos de Porto Alegre, dinheiro do caixa único. Quando esta Casa aqui quis devolver, há um ou dois meses, o Presidente Valter, R\$ 25 milhões, que é a economia de todos nós, o Prefeito não aceitou. Mas, agora, tem eleição e o sósia dele... Então, apareceram R\$ 10 milhões no caixa único. Esta é a vergonha que esta Cidade vive, esta é a vergonha que esta Cidade vive, esta é a vergonha que esta Cidade vive... Trancou a fita aqui, Presidente! Esta é a vergonha que esta Cidade vive.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Paulo Brum está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste.

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.



VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Claro que sem o objetivo de ser o corregedor da Casa, até porque essa função não existe na Câmara Municipal, mas é importante que, quando dos relatórios das presenças ou ausências de plenário, os valorosos jornalistas façam, junto com isso, as avaliações das presenças ou ausências conforme as estratégias de cada um de nós. Então, por isso eu não critico, eu não atuo demagogicamente como alguns colegas aqui, infelizmente, que falam da presença ou ausência de determinados Vereadores. Isso faz parte da estratégia do mandato...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Não! Eu não estou falando de ti! Não estou me referindo a ti, Bosco, estou me referindo ao que eu vi na outra semana, pessoas que são nossos colegas, que são candidatos, querendo, em função disso, se colocar como mais valorosos que os outros.

Isso faz parte da estratégia de cada mandato, de cada um de nós. Assim como tu fizeste aqui, Bosco, tem que ser cobrado. Cobrado o quê? A coerência das pessoas. No momento, quando convém, quer votar, aí anuncia na imprensa, fala na imprensa, mas, em outro momento, quando não convém, não quer votar. Por que o Executivo Municipal não teve a humildade de retirar esse projeto? Por que não fez o gesto e retirou o projeto? Quero dizer que os mantras do Executivo Municipal têm que ser quebrados e estão sendo quebrados. O primeiro é o de que Porto Alegre é uma cidade falida. Porto Alegre não é uma cidade falida! Porto Alegre inclusive, segundo alguns secretários, é uma cidade rica! Há um projeto tramitando na Câmara Municipal para o qual nós pedimos o art. 81 para a alienação de alguns imóveis que não estão sendo utilizados, que vão gerar recursos para o Município. Perguntem se esse projeto veio para a Ordem do Dia ou se foi priorizado pela Liderança do Governo! Porto Alegre não é uma cidade falida!

Outro mantra é que o problema de Porto Alegre é o servidor público. Não é! O limite prudencial é de 52% e são gastos 43%!

E a terceira coisa que nos preocupa muito é a questão dos serviços. Eu quero dizer para a assessoria da Secretaria da Saúde, Djedah, aproveitando a tua presença, depois eu vou te passar, que não adianta me mandarem mensagens intimidatórias! Não adianta mandarem com pseudônimos! Não és tu, mas veio lá da Secretaria da Saúde. Não



adianta me mandarem mensagens intimidatórias, porque eu vou continuar falando do absurdo que é a questão do SAMU, eu vou continuar falando! Eu vou continuar falando que o que nós vimos na CCJ é que, se for terceirizado o serviço do SAMU, custará mais caro! Eu vou continuar falando que, se o SAMU for terceirizado, o Município perde recursos, deixa de credenciar professor; equipes deixam de receber recursos; o trabalho é pior, pois os nossos profissionais são altamente capacitados, fizeram todos os cursos. Então, a quem serve e a que serve a terceirização do SAMU? Essa é a pergunta que tem que ser respondida. E eu vou fazer também uma provocação: mostrem aqui por que vieram na CCJ e acabaram concordando com os condutores! Então é muito importante que possamos pontuar essas coisas no devido momento, neste instante. E o número intimidatório, Djedah, e que faço inclusive um pedido de providências formal, é o número 994524615, eu quero saber se este número pertence ao Município de Porto Alegre, eu quero saber se este telefone é um telefone oficial da Prefeitura porque isso... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): A Ver.ª Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Peço para o Wanderlei colocar novamente as imagens lá da obra do DMAE da Restinga. Esgoto transbordando ao lado da cozinha do Rafael, da sua esposa que tem vários filhos, crianças e adolescentes; do outro morador que tem dois bebês, que tem seu pátio encharcado por fezes, por esgoto, um cheiro terrível, junto a vários moradores, uma senhora idosa que já fez inclusive cirurgia do intestino, que tem problemas gastrointestinais e que convive com o esgoto. Não é esgoto a céu aberto, é esgoto que transborda por uma obra recebida de forma inadequada pela Prefeitura de Porto Alegre. Isso é muito grave porque tem em torno de oito meses que os moradores chamam, ligam para o 156, pedem providências do DMAE, cinco vezes o DMAE já foi lá, e inclusive orientou, pasmem, um dos moradores gastou um dinheiro para dar uma segurada no tampão da boca de lobo que levanta para diminuir o problema. Não tem jeito de o DMAE encontrar o encaminhamento para a ligação que fizeram, da obra que fizeram, portanto, da nova obra de esgoto para a adutora no centro da rua. Isso é



inaceitável, porque a empresa realizou, entregou, provavelmente recebeu todo o recurso do DMAE e não tem a solução do problema. Isso está atingindo as famílias dos moradores da Restinga. A Restinga recebeu um investimento pesado do Programa Integrado Socioambiental, e isso, pessoal, significa que nós usamos recursos que o Governo Federal – e era Governo Dilma – alcançou para uma política pública, por responsabilidade com saneamento, por responsabilidade pelas cidades, de forma republicana para todos os prefeitos e prefeitas, e não conseguimos que aqui tivesse uma execução adequada. Isso é um retrato da cidade de Porto Alegre: uma cidade de obras inacabadas, uma cidade de obras quase concluídas e destruídas pelo abandono e pela descontinuidade entre um serviço e outro, pelo serviço inadeguado, como na Rubem Berta, que visitamos no sábado de manhã e o esgoto corre como cachoeira na calçada, na frente de supermercado, na frente de creche. E não adianta ligar para o 156, não adianta chamar a Prefeitura. Então, eu quero chamar a atenção, porque está finalizando o dia, é fim de tarde de segunda-feira, ontem ligamos, pela manhã, e o DMAE disse que deslocaria uma equipe, estamos chegando no final do dia seguinte e ainda não chegou. É culpa do DMAE? Não, é culpa da gestão, é uma gestão ausente, é uma gestão incompetente.

Quero encerrar este ponto dizendo para que o Prefeito tome providências, porque vai entrar a pauta do *impeachment* logo depois do IPTU, a qual nós queríamos ter entrado agora. Eu sou daquelas que dou presença, que também faço coro aqui que é o Governo que vem tirando o quórum, não é a oposição obstruindo votação aqui. E nós queremos entrar no *impeachment*, porque o debate do *impeachment* é o debate da improbidade administrativa, porque para mim há uma ausência de Governo na gestão da saúde pública, no caso do saneamento, uma perda de recursos públicos. Aquela estrutura que foi feita está sendo destruída, porque não tem vazão para o esgoto, o esgoto está voltando, volta para as casas, entra nos vasos sanitários, levanta as tampas de esgoto, portanto está destruindo a estrutura, é dinheiro público colocado ali, e isso é responsabilidade, sim, do Prefeito Municipal, da sua equipe, da sua gestão. Isso também é caso, sim, de *impeachment*.

Eu quero agradecer e dizer que 22 Vereadores, Ver. Cassiá Carpes, Ver. Bosco, Ver. José Freitas e Ver.ª Berna, que se encontram no plenário... Quero cumprimentá-la, grande guerreira da educação superior, grande guerreira da democracia; eu fico muito



orgulhosa por vê-la sentada nos bancos da nossa Câmara Municipal, em que tu deverias estar como titular, se o sistema político eleitoral fosse justo e correto e fizesse a leitura da vontade popular. Berna, tu assinaste aqui conosco – 22 Vereadores assinaram a petição ao Sr. Prefeito Municipal – para que não faça o desastre que está anunciado aqui pelo pedido do Secretário de Educação: retirar os professores da Secretaria Municipal de Esportes da frente do trabalho sério que fazem nas praças, parques e ginásios... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver.ª Sofia. Passamos à

PAUTA

Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h21min.)